

CASA DO PAI – CENTRO DE APOIO SOCIAL

**BALANÇO,
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS,
FLUXOS DE CAIXA
E ANEXO
2017**

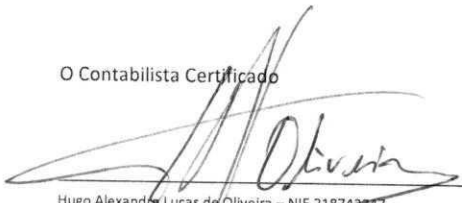
BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

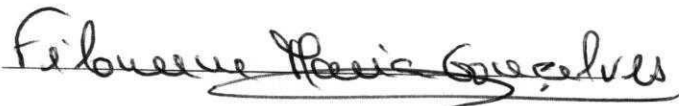
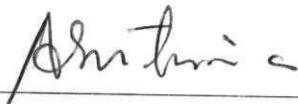
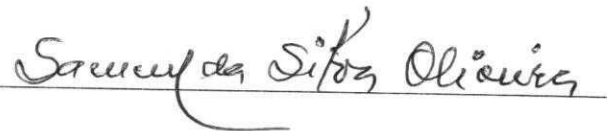
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	1.296.201,19	1.337.203,35
Investimento financeiros	11	1.557,71	273,59
		1.297.758,90	1.337.476,94
Ativo corrente:			
Inventários	7	3.282,36	2.374,80
Créditos a receber	11	3.181,13	2.995,18
Estado e outros entes públicos	16	1.422,58	27.310,80
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	11	12.693,48	6.046,52
Diferimentos	16	1.555,36	1.481,10
Outros ativos correntes	11	93.605,90	
Caixa e depósitos bancários	11	46.218,16	47.542,66
		161.958,97	87.751,06
Total do Ativo		1.459.717,87	1.425.228,00

O Contabilista Certificado



Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração


BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

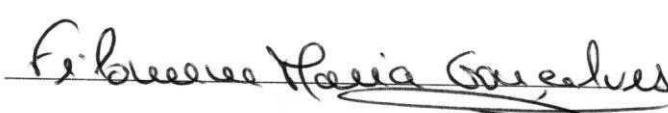
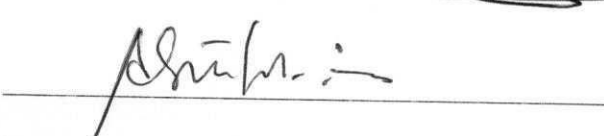
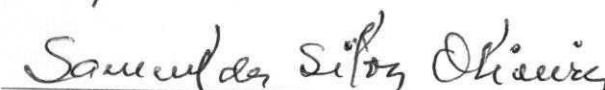
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos	11	12.285,55	12.285,55
Reservas	11	15.271,42	15.271,42
Resultados transitados	11	172.364,69	141.147,04
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11	69.614,44	52.398,00
		269.536,10	221.102,01
Resultado líquido do período		(14.805,76)	31.217,65
Total dos fundos patrimoniais		254.730,34	252.319,66
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6	913.374,74	599.339,58
		913.374,74	599.339,58
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	7.418,49	1.433,62
Estado e outros entes públicos	16	5.193,85	2.142,36
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	11	2,50	25,00
Financiamentos obtidos	6	28.345,12	14.660,42
Diferimentos	16	11.482,41	
Outros passivos correntes	11	239.170,42	555.307,36
		291.612,79	573.568,76
Total do passivo		1.204.987,53	1.172.908,34
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.459.717,87	1.425.228,00

O Contabilista Certificado



 Hugo Alexandre Luçã de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS POR VALÊNCIA

Dezembro 2017

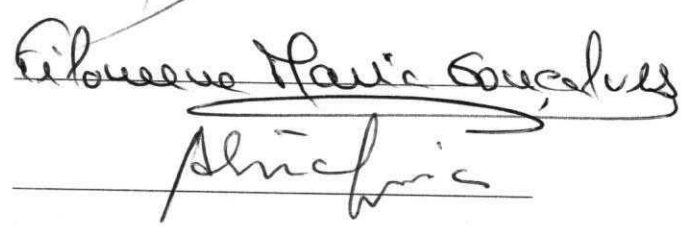
Montantes expressos em EURO

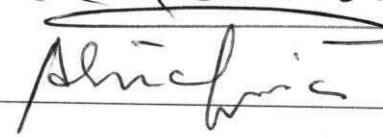
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO 2017			
		TOTAL	SAD	ERPI	CENTRO DIA
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados	8	183.937,11	44.426,54	132.330,57	7.180,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	80.329,31	47.168,59	32.911,71	249,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(14.106,21)	(3.940,54)	(9.402,98)	(762,69)
Fornecimentos e serviços externos	8	(52.862,86)	(15.657,64)	(34.760,44)	(2.444,78)
Gastos com o pessoal	12	(179.762,01)	(58.824,70)	(117.570,10)	(3.367,21)
Outros rendimentos	8	17.541,81	5.437,96	11.051,34	1.052,51
Outros gastos	8	(5.281,79)	(1.637,84)	(3.327,09)	(316,86)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.795,36	16.972,37	11.233,01	1.589,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(23.729,30)	(7.356,08)	(14.949,46)	(1.423,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.066,06	9.616,29	(3.716,45)	166,22
Juros e gastos similares suportados	6	(20.871,82)	(6.470,26)	(13.149,25)	(1.252,31)
Resultado antes de impostos		(14.805,76)	3.146,03	(16.865,70)	(1.086,09)
Resultado líquido do período		(14.805,76)	3.146,03	(16.865,70)	(1.086,09)

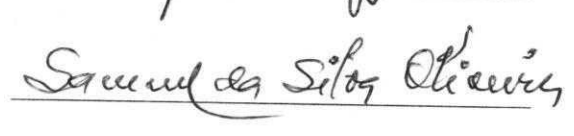
O Contabilista Certificado


 Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração


 Filomeno Paulo Gonçalves


 António


 Samuel da Silva Oliveira

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA


DEZEMBRO 2017

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

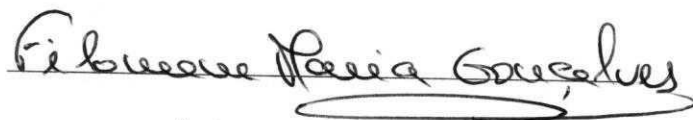
	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	11	159.731,20	26.025,71
Pagamentos a Fornecedores	11	(71.692,18)	(33.853,75)
Pagamentos ao Pessoal	12	(112.878,00)	(38.749,64)
Caixa gerada pelas operações		(24.838,98)	(46.577,68)
Outros recebimentos/pagamentos		82.159,65	125.480,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		57.320,67	78.903,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	4	(355.323,58)	(49.465,00)
Investimentos financeiros	11	(1.200,90)	(177,23)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(356.524,48)	(49.642,23)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos	6	344.000,00	44.000,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	6	(16.280,14)	
Juros e gastos similares	6	(29.840,55)	(27.718,76)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		297.879,31	16.281,24
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(1.324,50)	45.542,05
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		47.542,66	2.000,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		46.218,16	47.542,66

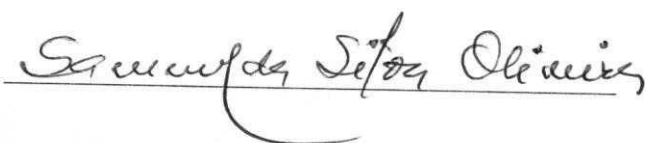
O Contabilista Certificado



Hugo Alexandre Lucas de Oliveira - NIF 218742347

Os órgãos de administração





Casa do Pai - Centro de Apoio Social

Anexo ao Balanço e DR 2017

29 de Março 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1	– Principais políticas contabilísticas:	4
a)	Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;	4
b)	Outras políticas contabilísticas;.....	5
3.2	- Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
4	Activos Fixos Tangíveis.....	10
5	Activos Intangíveis.....	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	14
8	Rendimentos e gastos.....	15
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	17
10	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	18
11	Instrumentos financeiros	19
12	Benefícios dos empregados	21
13	Acontecimentos após a data do balanço	22
14	Agricultura.....	22
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
16	Outras Informações.....	22
16.1	Diferimentos	22
16.2	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
	PORPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	23

1 Identificação da Entidade

A "Casa do Pai - Centro de Apoio Social" é uma instituição sem fins lucrativos, NIF: 504779800, constituída sob a forma de "Pessoa Coletiva de Utilidade Pública", registo n.º 110/99, da D.G.A.S. de 11 de Maio de 1999, com sede Rua Mário Pio S/N, 3040-017 Coimbra, concelho de Coimbra. Actualmente tem como atividade a prestação de serviços nas áreas de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD), os seus estatutos definem como objetivos:

1. A associação tem como objetivos principais:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2. Secundariamente, a associação propõe-se desenvolver os seguintes objetivos:

- a) Prosseguir outros fins não lucrativos, desde que esses fins sejam compatíveis com os fins definidos no número anterior.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, pela redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

- Continuidade:

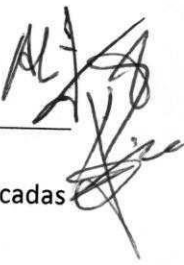
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem



alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas;

- Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	16-50
Equipamento básico	1-16
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3-16
Outros Activos fixos tangíveis	-

- Bens do património histórico e cultural

Sem ocorrência a registar.

- Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Activos Intangíveis	-

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

- Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

- Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o FIFO.

- Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros activos e passivos financeiros



Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

- Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

- Provisões

Sem ocorrência a registar.

- Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo



para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

- **Loações**

A entidade classifica as operações de locação como locação financeira as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

- Loações operacionais - Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo, numa base linear durante o período do contrato de locação.

- Loações Financeiras – Sem ocorrência.

- **Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

3.2 - Alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Foi desreconhecido o valor que constava nas demonstrações financeiras referente ao terreno, pois a Instituição utiliza o terreno em direito de superfície, que constitui um activo intangível e não um activo tangível. No entanto o direito de superfície foi atribuído a título gratuito, sendo que o activo intangível é sempre mensurado no reconhecimento inicial ao custo e que no caso o custo é zero, logo nos termos da norma aplicável nada há a reconhecer, optando-se ainda assim pela sua respectiva divulgação.

4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	52.398,00					52.398,00
Edifícios e outras construções	3.069,15					3.069,15
Equipamento básico	12.367,66					12.500,50
Equipamento de transporte	15.909,81					15.909,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.069,27					1.069,27
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Activos fixos tangíveis em curso	942.262,32	341.507,01				1.283.769,33
Total	1.027.076,21	341.507,01	0,00	0,00	0,00	1.368.716,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.642,67	153,46				2.796,13
Equipamento básico	11.053,78	683,72				11.737,50
Equipamento de transporte	15.909,81					15.909,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.046,99	22,28				1.069,27
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	30.653,25	859,46	0,00	0,00	0,00	31.512,71

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Desreconhecimento	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	52.398,00		52.398,00			0,00
Edifícios e outras construções	3.069,15	5.282,60		1.202.138,86		1.210.490,61
Equipamento básico	12.500,50	4.820,00		103.351,25		120.671,75
Equipamento de transporte	15.909,81					15.909,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.069,27	2.080,46				3.149,73
Outros Activos fixos tangíveis	0,00					0,00
Activos fixos tangíveis em curso	1.283.769,33	22.942,08		-1.305.490,11		1.221,30
Total	1.368.716,06	35.125,14	52.398,00	0,00	0,00	1.351.443,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.796,13	17.116,48				19.912,61
Equipamento básico	11.737,50	6.535,86				18.273,36
Equipamento de transporte	15.909,81					15.909,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	1.069,27	76,96				1.146,23
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	31.512,71	23.729,30	0,00	0,00	0,00	55.242,01

Adiantamentos por conta Outros Activos Fixos Tangíveis	Aumentos
Adiantamentos Equipamentos transporte	1.221,30

Restrições de titularidade e compromissos com activos

O terreno onde foi construído o edifício está cedido em direito de superfície gratuito, com a área de 2272,00 m2, pela Câmara Municipal de Coimbra, com as seguintes condições:

- o direito de superfície é pelo prazo de cinquenta anos, renovável por períodos de quinze anos a pedido da Casa do Pai – Centro de Apoio Social e após aprovação da Câmara;
- o objecto foi a construção do equipamento destinado a fins sociais – Alargamento ao Apoio ao Domicílio, Centro de Dia e Lar;

- a obra teve início em 2014, a construção licenciada desde 04/10/2010 e com alvará de utilização a partir de 7 de Março de 2017;
- o prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, se não forem cumpridos os prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente do estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização”.

5 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54
Amortizações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	718,93	20,61				739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	718,93	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54
Amortizações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	739,54					739,54
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	739,54	0,00	0,00	0,00	0,00	739,54

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Os gastos ocorridos dizem respeito a comissões de aquisição/ processamento de financiamentos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	28.345,12	855.374,74	883.719,86	14.660,42	555.339,58	570.000,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos - Instituidores	0,00	58.000,00	58.000,00	0,00	44.000,00	44.000,00
Total	28.345,12	913.374,74	941.719,86	14.660,42	599.339,58	614.000,00

Descrição	Reembolso Capital devido			
	Empréstimos Bancários		Outros Empréstimos - Instituidores	
	2017	2016	2017	2016
Até um ano	28.345,12	14.660,42	0,00	0,00
De um a cinco anos	163.324,83	149.059,63	58.000,00	44.000,00
Mais de cinco anos	692.049,91	406.279,95	0,00	0,00
Total	883.719,86	570.000,00	58.000,00	44.000,00

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos de financiamento:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	20.661,82	3,17
Outros gastos e perdas de financiamento (comissões bancárias relacionadas com financiamentos)	210,00	150,00
Total	20.871,82	153,17
Capitalização de juros	8.968,73	27.565,59

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	365,04	12.544,02	-2.348,76	2.374,80	22.784,54	-7.770,77	3.282,36
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	365,04	12.544,02	-2.348,76	2.374,80	22.784,54	-7.770,77	3.282,36

	2016	2017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.185,50	14.106,21
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00

8 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. O rédito compreende os montantes facturados na venda de bens e ou da prestação de serviços líquidos de abatimentos e descontos.

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
SAD	37.219,05	27.409,17
ERPI	117.683,10	0,00
CENTRO DE DIA	5.785,00	0,00
Quotas e joias	23.249,96	19.699,97
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	183.937,11	47.109,14

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte

Descrição	2017	2016
Subcontratos	506,00	0,00
Serviços especializados	16.959,09	5.812,39
Materiais	2.059,04	437,32
Energia e fluidos	17.486,48	4.173,75
Deslocações, estadas e transportes	0,00	9,10
Serviços diversos	15.852,25	8.165,06
Total	52.862,86	18.597,62

Serviços especializados	2017	2016
Trabalhos especializados	3.291,08	2.571,93
Publicidade e propaganda	0,00	37,58
Vigilância e segurança	3.718,66	1.272,03
Honorários	6.325,00	450,00
Conservação e reparação	3.571,16	1.422,72
Serviços bancários	53,19	58,13

Materiais	2017	2016
Ferramentas e utensílios	1.039,24	182,26
Material escritório	439,98	114,02
Artigos para oferta	579,82	141,04
Outros	0,00	0,00

Energia e Flúidos	2017	2016
Electricidade	12.389,04	1.770,00
Combustíveis	2.267,17	1.286,76
Água	1.675,11	298,86
Gás	1.155,16	818,13

Serviços diversos	2017	2016
Rendas e alugueres	1.364,72	4.094,16
Comunicação	1.637,86	989,80
Seguros	1.446,08	1.199,56
Despesas de representação	630,00	0,00
Notariado	415,84	0,00
Limpeza, higiene e conforto	10.006,04	1.639,00
Outros serviços	351,71	167,54

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	16.549,86	30.729,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	991,95	48,79
Juros depósitos bancários	0,00	0,00
Total	17.541,81	30.778,61

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares		
- Donativos	16.549,86	30.729,82

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos - IMI	3.473,64	902,15
Taxas	632,40	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1.175,75	296,17
Total	5.281,79	1.198,32

9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Não aplicável.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Activos contingentes

Não aplicável.

10 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Principais doadores:

- Instituto da Segurança Social I.P.;
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Câmara Municipal de Coimbra.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Do estado e outros entes públicos		De outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
1 Subsídios relacionados com activos/ ao investimento - Câmara Municipal de Coimbra	70.606,39	991,95	0,00	0,00
1.1 Activos fixos tangíveis	70.606,39	991,95	0,00	0,00
1.1.1 Terrenos e recursos naturais		0,00		
1.1.2 Edifícios e outras construções	70.606,39	991,95		
1.1.3 Equipamento básico				
1.1.4 Equipamento de transporte				
1.1.5 Equipamento administrativo				
1.1.6 Equipamentos biológicos				
1.1.7 Outros				
1.2 Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1 Projectos de desenvolvimento				
1.2.2 Programas de computador				
1.2.3 Propriedade industrial				
1.2.4 Outros				
1.3 Outros Activos				
2 Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	91.811,74	80.329,31		
2.1 Instituto da Segurança Social I.P.;	45.882,00	45.882,00		
2.2 IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional	45.929,74	34.447,31		
3 Total	162.418,13	81.321,26	0,00	0,00

11 Instrumentos financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros - Fundo de Compensação do Trabalho	1.557,71	273,59
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.557,71	273,59

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Associados", apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	12.693,48	6.046,52
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	12.693,48	6.046,52
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2,50	25,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	2,50	25,00

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	3.181,13	2.995,18
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	3.181,13	2.995,18

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	7.418,49	1.433,62
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	7.418,49	1.433,62

O saldo da rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores de Investimentos	215.439,67	545.402,11
Remunerações a pagar ao pessoal	492,33	1,20
Credores Por Acréscimo de Gastos		
- Remunerações a liquidar	19.831,52	8.753,16
- Outros Acréscimos de Gastos	3.247,61	268,26
Outros Credores	159,29	882,63
Total	239.170,42	555.307,36

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.285,55	0,00	0,00	12.285,55
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	15.271,42	0,00	0,00	15.271,42
Resultados transitados	141.147,04	31.217,65	0,00	172.364,69
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	52.398,00	70.606,39	53.389,95	69.614,44
Total	221.102,01	101.824,04	53.389,95	269.536,10

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.950,92	1.585,30
Depósitos à ordem	44.267,24	45.957,36
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	46.218,16	47.542,66

12 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos e sociais desta Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 15.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	151.686,02	51.222,70
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	23.978,84	10.421,84
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.792,10	738,00
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal		
Medicina no Trabalho	303,35	116,68
Formação Profissional	60,00	95,00
Fardamento	1.941,70	0,00
Total	179.762,01	62.594,22

13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas em Assembleia Geral em 29/03/2017.

14 Agricultura

Não aplicável.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros Liquidados	661,21	831,34
Rendas antecipadas	0,00	341,18
Assinaturas anuais	22,24	22,24
HACCP - Rentokil	71,12	60,00
Medicina no Trabalho	151,65	58,32
SHST - K-MED	25,00	30,75
Vigilância e Segurança	137,27	137,27
Manutenção climatização	486,87	0,00
Total	1.555,36	1.481,10
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP - MEDIDA ESTIMULO EMPREGO	11.482,41	0,00
Total	11.482,41	0,00

16.2 Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	Activo	Passivo
Imposto sobre rendimento	0,00	0,00
Retenções na Fonte	0,00	992,75
Contribuições para Segurança Social	0,00	4.201,10
IVA suportado/ a restituir	1.422,58	0,00
Total	1.422,58	5.193,85

PORPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção da Instituição Casa do Pai – Centro de Apoio Social, propõe à Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas de 2017 e que o resultado negativo obtido no valor de 14.805,76 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Coimbra, 29 de Março de 2018

Os órgãos de administração:

Filomena Maria Gonçalves
Alcides
Samuel dos Santos Oliveira

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

Casa do Pai - Centro de Apoio Social